



Vínculos comunicacionais e sentimento nacional, da nação tradicional à internet¹

Raphael Tsavkko Garcia²
Faculdade Cásper Líbero, FCL

RESUMO

Utilizando conceitos como os de Comunidade Imaginada, Fragmentação Identitária e Pós-Modernidade e através da análise de questões relacionadas à identidade e compartilhamento, o presente artigo tem o objetivo de analisar e ligar a formação de vínculos comunicacionais à idéia de sentimento nacional e de nação, tendo a imprensa como impulsionador inicial da idéia de identidade nacional e a internet como novo foco de formação de vínculos através de comunidades virtuais.

PALAVRAS-CHAVE: Vínculos comunicacionais, Nacionalismo, Identidade, Nação, Comunicação

Introdução

Tomando “vínculo” por “a base primeira para a comunicação”, como o “elo simbólico ou material em um espaço (ou território) comum” (Baitello, 2005), temos que processos comunicativos são “construções de vínculos que agregam e segregam indivíduos” (Menezes, 2007).

Menezes vai adiante e trata agregar por uma integração entre indivíduos vinculados sobre o termo “nós”, enquanto o segregar demoninando-se “outros”, os “de fora”, logo, podemos perfeitamente traçar paralelos com a idéia de sentimento nacional, ou seja, o “nós” enquanto grupo mais ou menos homogêneo, de origem étnica e língua semelhante e os “outros”, aqueles que não fazem parte do grupo.

¹ Trabalho apresentado no GP Teorias da Comunicação do XI Encontro dos Grupos de Pesquisa em Comunicação, evento componente do XXXIV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

² Mestrando do Curso de comunicação da Faculdade Cásper Líbero, email: tsavkko@gmail.com. Nome completo: Raphael Muniz Garcia de Souza



Símbolos vivem mais do que homens (Pross in Baitello, 2005) e, sem dúvida, integram os homens em torno de si. A identificação de um indivíduo com os símbolos e imagens de sua nação é aquilo que, primeiramente, formam os laços nacionais.

A significação destes símbolos formam vínculos entre os homens, a criação de valores que permeiam estes símbolos – no caso de nações, são as batalhas heróicas, o sofrimento e alegrias compartilhadas, a história como um todo em conjunto e, ademais, a língua.

Os símbolos, porém, precisam de atualização constante, ou seja, de constante renovação de seu significado e de constante interação entre os indivíduos. Propagandas exaltando a origem histórica, a língua e acultura nacionais são exemplos bem acabados de atualizações da simbologia nacional.

Nação

Em sentido clássico a “nação” é uma idéia genérica de comunidade política, de um grupo de pessoas unidas por laços naturais e eternos (língua, história comum, etc) e, normalmente, dentro de um território relativamente delimitado e contíguo.

O termo – ou ao menos seu uso atual e disseminado – vem da Revolução Francesa, do momento em que a nacionalidade passou a ser objeto de propaganda e transformada em moeda de troca política, além de objeto de pressões.

Ernst Renan (1882) diz que a nação é o plebiscito diário e passível de adesão através da vontade de pertencimento. Cabe ao indivíduo aceitar e querer participar e não ser inserido à força e, acima de tudo mostra sua vontade de criar laços e identidade e de pertencimento.

Esta vontade de pertencer se dá pela troca de informação, baseada em tensões e rituais de vínculos, e é o que gera a sociedade e os diferentes signos ou sua leitura e interpretação é o que forma a nação.

A comunicação propicia os vínculos que nos unem, os signos e símbolos nos diferenciam dos demais ao ponto de que a identificação com estes símbolos e signos criam laços únicos entre populações: A nação, ligada pela língua, fruto da comunicação e interação.

Nação seria, então, apenas a observação de laços mais fortes e significativos, permeado por símbolos e signos comuns. Estes laços ou vínculos propiciam a formação de comunidades e, daí, nações.



Como afirma Norbert Elias (2000), estes vínculos, entendidos como teias de vínculos, são a gênese da vida em sociedade, da formação de grupos de insiders e outsiders e, conseqüentemente, da idéia de uma nação de indivíduos com identidades similares frente àqueles com, por exemplo, línguas diferentes.

Tradicionalmente a idéia de nação respeita fronteiras geográficas delimitadas (não necessariamente estatais), as nações costumam ter seus membros em contato. A língua de um povo é falada em determinado território e os símbolos ligam esta população.

Existem casos de diáspora e povos separados da sua nação original que, porém, se identificam como parte deste grupo, mas, mesmo neste caso a idéia fundacional do sentimento nacional é o mesmo. Apenas os novos integrantes do grupo (os que nascem posteriormente) não tem este contato com a comunidade original, porém compartilham de mesmos signos e símbolos (mitos fundacionais).

Porém, na internet, a nação pode ir além, transcendendo fronteiras étnico-nacionais e agregando todos aqueles que sentem uma forte ligação (vínculo) com signos e símbolos de um grupo, mesmo não estando geográfica e historicamente ligado. (Pross, 1980)

Quando falamos “nós”, estamos falando em indivíduos ligados por vínculos, por uma língua, por costumes e por símbolos e signos diferenciados dos demais. Quando falamos em “outros”, obviamente, tratamos de indivíduos que não fazem parte de nosso grupo por terem língua, costumes, símbolos e signos diferentes nos “nossos”, ou mesmo por não se “identificarem” com nossos símbolos e signos.

Identidade

A identidade é algo que se adquire, é formada com o tempo, mas é ao mesmo tempo “imposta”, se dá pela sua nacionalidade, pelos costumes de seus vizinhos imediatos, pelos vínculos que se formam entre indivíduos.

Os vínculos podem ser tratados como formadores de identidade, estas que Hall (2001) divide historicamente em três:

- 1) A do Sujeito do Iluminismo, baseada no indivíduo centrado, unificado e racional, permanecendo sempre o mesmo ao longo de sua existência, individualismo;
- 2) A do Sujeito Sociológico, reflexo da complexidade do mundo moderno, baseado na interação entre sujeitos, na relação com os outros, a



identidade se modifica na relação entre o “eu” e a sociedade;

3) Por fim, a do Sujeito Pós-Moderno, fragmentado, de identidade mutável ou múltiplas identidades de acordo com o momento histórico e com as situações apresentadas.

A identidade passa a ser analisada a partir do iluminismo, mesma época em que a imprensa passa a se popularizar e espalhar pela Europa, propiciando a formação sólida de identidades não só individuais, mas de grupo, de nação.

Não que não existissem identidades pré-iluminismo, estas apenas era ligadas apenas ao coletivo, tributárias das ordens da igreja e de senhores feudais. Os seres humanos eram tratados apenas como parte acéfala do grupo e não como indivíduos. Com a imprensa e o iluminismo o homem passa ser dotado de consciência individual ao mesmo tempo em que passa a enxergar a si como parte de uma sociedade.

Antes a noção de insider e outsider era puramente abstrata, não se devia à identidade em si do indivíduo, mas ao mero fato de não ter nascido e vivido em uma determinada vila, no sentido de puro forasteiro, mesmo que este partilhasse uma origem comum, língua comum e estivessem sob territórios relativamente próximos e semelhantes.

Isto ao significa que antes da Revolução Francesa e da idéia moderna de Nação e de Estado as nacionalidades – laços fortes e especiais entre indivíduos de um tipo particular – não existissem, eles apenas não tinham a necessidade de surgirem como resistência à pressão de Estado que utilizam a idéia de nação como fidelizador de indivíduos.

Tratamos, pois, a nação ou a nacionalidade como a construção de comunidades baseadas em vínculos e não como ideologia ou como fidelizador populacional.

As mídias

Harry Pross, em 1972 definiu três grupos nos quais se divide a mídia (Pross in Menezes 2007). A mídia primária seria a que se resume ao corpo e às linguagens naturais, das relações face a face; a secundária, como uma forma de vinculação mais especial, em que o homem utiliza artefatos para comunicar-se, desde pinturas até a escrita, a imprensa e os livros.

É a partir desta fase em que o homem passa a formar os laços nacionais, em que ele se afasta de sua pequena comunidade de relações primárias e passa a comunicar-se –



e vincular-se com uma sociedade maior que, apesar de tudo, mantém significativas semelhanças com a sua vila.

O homem passa da identificação familiar, da micro-identificação com sua cidade para uma outra forma de vinculação, a identificação de traços comuns em comunidades que não necessariamente estão localizadas na sua esquina, mas talvez a centenas de quilômetros.

Através da imprensa o homem passa a se ver como parte de um grupo muito maior e, ao mesmo tempo, reconhece a presença de outros que compartilham valores diferentes, línguas diferentes.

A mídia terciária já nos propicia uma exacerbação destes vínculos encontrados quando da mídia secundária. O suporte passa a ser a internet e a própria imprensa é re-significada. Não mais nos limitamos às informações de nosso país ou região, mas somos levados ao mundo e, claro, podemos criar vínculos que transbordam fronteiras físicas.

A internet supera o mero papel impresso e os limites geográfico-territoriais e passa a abarcar toda a população mundial, sem barreiras físicas, que possua uma conexão à internet, permitindo, assim, a consciência da existência de outros povos, grupos, linguagens e idéias e ao mesmo tempo a criação de uma identidade comum em meio à diversidade.

Escrita e virtualização

McLuhan cunhou o termo “destribalização” para classificar o período em que a escrita – doravante a imprensa – substitui o universo tribal, oral, de conversas ao redor da mesa (Menezes, 2007), o período em que os alfabetizados “podem ler a respeito de temas e problemas que estão muito distantes da ‘tribo’”.

McLuhan nos mostra ainda a importância da escrita ao afirmar que, a partir dela, podemos compreender traços fundamentais da nossa própria cultura (Menezes, 2007): homogeneidade, uniformidade e continuidade (da escrita). Traços estes que são definidores de uma nação. A homogeneidade e uniformidade étnica e lingüística da sociedade e a continuidade dos símbolos. A partir da mídia terciária estas características ficam ainda mais marcadas.

Como afirmou Menezes (2007), a escrita inaugurou a era do virtual, da presença virtual em que uma pessoa pode manter um vínculo especial ou uma relação profunda com o emissor sem, por exemplo, sequer conhecê-lo e a centenas de quilômetros.



A imprensa amplia esta capacidade virtualizante através de seu alcance e, se pensarmos na mídia terciária – internet – teremos a abolição completa de fronteiras e limites para os quais este vínculos podem ser criados.

É óbvio, porém, que estes vínculos, mesmo sem limites impostos por fronteiras, teriam um limite, e este é o da identificação, da língua, da leitura e interpretação de símbolos que, aliás, não morrem enquanto deixarem registros, apenas se atualizam, renovam ou perdem sentido.

Imprensa e Comunidade Imaginada

Através de Benedict Anderson (1989, 2005) e Levy (2003a, 2003b), temos na Imprensa o marco do surgimento da nação, quando o vínculo comunicacional se expande da mera relação face-a-face para a formação de vínculos através da mídia impressa, cobrindo grandes distâncias e disseminando símbolos comuns por toda uma população.

Levy (2003a, 2003b) considera a fala como o ponto de inflexão na criação de uma sociedade. A partir do momento em que o homem fala e cria sua língua, cria seus primeiros vínculos. Ao utilizar-se da mídia primária – seu corpo – o homem passa a viver em sociedade.;

A escrita marca o momento em que o homem começa a viver em vilas, em cidades, é ainda o ponto de intersecção entre a mídia primária e a secundária, é o princípio do uso de ferramentas para se comunicar. O homem, com a escrita, passa a não só viver em sociedade, como a organizá-la, criando limites e regras.

Levy (2003a, 2003b) continua descrevendo o advento da imprensa como formadora da nação, pois, dentre outras, marca o limite entre aqueles que podem compreender o que foi impresso (língua) e aqueles que podem ser definidos como “outros”.

Anderson concorda com Levy (2005) e relega à imprensa o papel de formadora da idéia de nação, por nos aproximar, por criar a idéia de nós (não só pela língua que todos compreendemos, mas por aproximar histórias e pessoas em um amplo território).

Os vínculos criados pela língua e os signos descritos por ela são pais do sentimento nacional, da idéia de comunidade imaginada, que nada mais é do que uma “[...] comunidade política imaginada – e imaginada como implicitamente limitada e soberana. Ela é imaginada porque nem mesmo os membros das menores nações jamais conhecerão a maioria de seus compatriotas, nem os encontrarão, nem sequer ouvirão



falar deles, embora na mente de cada um esteja viva a imagem de sua comunhão.” (Anderson, 2005).

A imprensa foi a grande responsável por solidificar e mesmo ampliar os laços ou vínculos entre os indivíduos, entre criar uma fonte de identificação primordial – a língua – entre indivíduos que, de outra forma, poderiam estar desconectados.

Se por um lado a língua foi grande fator de unidade desde os primórdios, hoje, com o advento da internet, é possível uma ligação ou re-ligação, uma rede social na qual outros vínculos são criados, que transcendem o relacionamento tradicional entre homem-grupo.

Vínculos nada mais são que laços fortes entre indivíduos que, tomando Anderson como exemplo, podem alcançar grandes distâncias através da imprensa, e criar o conceito de nação que transcende as fronteiras de pequenas comunidades (cidades ou vilas)

Segundo Anderson, (2005) se a imprensa facilitou o processo de criação de uma identidade (nacional) por estreitar laços, criar uma linguagem comum e aproximar os indivíduos.

Seguindo o pensamento de Anderson (2005) podemos compreender 3 períodos-chave de criação de um sentimento nacional, tendo a imprensa – compreendida como imprensa-papel e imprensa-internet – como ator principal. Retirando da igreja o monopólio dos livros e, em consequência, do conhecimento:

1. Séc. XV: Embrião do sentimento nacional, invenção (ocidental) da imprensa e difusão crescente de livros e conhecimento. A partir deste momento as idéias das elites tornam-se mais fáceis de acessar.

2. Séc. XVIII: Através de vários processos históricos, o nacionalismo como conhecemos hoje desponta como uma ideologia forte e presente. O nacionalismo, então, se prende a diversas ideologias e pensamentos políticos e passa a permear nossa sociedade diariamente.

3. Séc. XX/XXI: Com o advento da internet o nacionalismo alcança novos patamares, passa a ser transnacional (Appadurai, 2004) e rompe as fronteiras físicas. Lemos (2002) acrescenta ainda o telefone, a TV e o Rádio pelo potencial do primeiro em facilitar a comunicação a longas distâncias e os demais por facilitar a propagação de informação às massas, a um maior número de pessoas.

Como vemos, hoje, com o advento da Internet, a formação de vínculos não se



limita mais à um grupo pequeno ou limitado por fronteiras, mas passa a abarcar todo o mundo, abrindo a possibilidade de novas formas de identificação e vinculação entre indivíduos.

A internet se apresenta como uma grande (r)evolução por facilitar a troca de informações não só em tempo real mas também por transformar qualquer pessoa com um computador em agente, o internauta não é apenas um ouvinte/leitor passivo, mas um ator/autor ativo e participativo em um ambiente aberto e – teoricamente - fora do controle estatal.

O Estado-Nação e os vínculos falsos

Se por um lado Sinclair (2002) defende que o Estado-Nação vem perdendo sua força diante dos fluxos de relações globais, compreendidos, mas não só, pelas trocas comerciais sem fronteiras, pela internacionalização e multinacionalização das cadeias produtivas, pelo turismo e pelos contatos virtuais através do computador e das redes telemáticas, por outro vale afirmar que ao mesmo tempo os indivíduos passam a notar mais as especificidades de seu próprio meio, passam a observar as diferenças mais marcantes entre grupos humanos, entre nações.

Ao ser exposto às diferenças o homem passa a ter maior noção de sua própria realidade e da vitalidade de seus vínculos com seu entorno.

É comum a alguns acreditar que o Estado nacional chegou à sua velhice (Mann, In Balakrishnan, 2000), porém, ainda que este enfraquecimento de fato exista, não é tão profundo ou perigoso como comumente é pregado. O grau de enfraquecimento é claramente diverso entre os diferentes Estados, que são relativamente modernos, e, ainda que enfraquecido frente aos nacionalismos subnacionais, ao transnacionalismo, e outras forças variadas, ele continua a prevalecer no militarismo, nas comunicações, na regulação econômica e social, enfim, na Sociedade. (Mann, in Balakrishnan, 2000).

Porém este enfraquecimento do Estado nacional – ainda que desigual, limitado – leva a um enfraquecimento da identidade dos sujeitos. Historicamente a identidade está atrelada aos Estados e ao desenvolvimento do capitalismo – ao menos no séc. XX e quando falamos no homem moderno ou pós-moderno (Hall, 2001) – de um lado o Estado de bem estar social ligou de maneira duradoura os indivíduos do norte aos seus Estados-nacionais e por outro os movimentos nacionais do “terceiro mundo” ligaram os indivíduos desta região a uma noção de nação nunca vistas antes na região.



No fim do séc. XX, os então marginais movimentos nacionais ou regionais (regionalistas) dentro dos Estados já consolidados começaram a despontar com força renovada e buscar um lugar ao sol, a crise do Estado de bem estar social, a queda do Muro de Berlin, o surgimento de novos Estados das cinzas da URSS e os fluxos econômicos e a transnacionalização das empresas e relações em escala jamais vista antes trouxeram uma nova onda de fragmentação de identidades.

Os vínculos entre grupos nacionais se fortalece na diversidade e na adversidade, se por um lado o Estado perde espaço, por outro entendemos que é o Estado baseado em configurações artificiais de vínculos de pertencimento que entra em crise e não aquele relativamente homogêneo, traçado em linhas nacionais.

O compartilhamento e a compressão espaço-tempo

Virilio (1997 e 1999) fala do imediato, da instantaneidade e interatividade que reduz o mundo a quase nada. Hoje é possível estar em vários lugares e presenciar diversas experiências, ao mesmo tempo, e se manter em contato com milhares de pessoas como se estivessem na porta de casa, ou mais perto, graças à evolução das tecnologias dos transportes e comunicação instantânea que tende a nos levar a um mundo poluído pelo ‘dromos’ (corrida).

Esta opinião é sustentada por Gulia (1999, online) e Wellman (1997, 2000, online) que afirmam que as transformações trazidas pela evolução dos transportes e dos meios de comunicação contribuem para a ampliação das redes sociais ao permitir que laços sociais sejam criados e mantidos mesmo à distância e, em muitos casos, superando o território geográfico.

Lemos (2002) é mais um que corrobora a visão de Virilio de imediatismo e instantaneidade ao afirmar que as novas tecnologias digitais nos permitem escapar do tempo linear e do espaço geográfico. Somos, portanto, transportados para uma realidade baseada na telepresença e do tempo instantâneo (não atemporal) onde temos o virtual controle sobre o espaço e o tempo.

A internet promove um “compartilhamento temporal”, pois promove uma aproximação, no mesmo solo nacional, de atos e atores que não precisam estar necessariamente ligados por laços étnicos, culturais e nacionais (Anderson, 2005), porém, o sentimento de pertencimento de um grupo a uma coletividade se dá quando ele se conhece e se reconhece como uma comunidade.

Trata-se de se formarem vínculos entre indivíduos, estejam eles num mesmo



território – “solo” – ou em territórios diferentes mas ligados pela internet.

O espaço passa a ser entendido por redes comunicacionais ou pelo emaranhado destas, onde a difusão de informações acaba por reduzir as distâncias e reunir indivíduos dos mais diversos lugares no globo em um único território virtual marcado pela presentificação e interatividade on-line que subverte a percepção espacial e temporal.

A pós-modernidade

A internet se insere na pós-modernidade – compreendida aqui como um fenômeno fragmentário, descontínuo e caótico (Harvey, 1993) – como criadora de condições ideais para a coexistência, num "espaço impossível", de um "grande número de mundos possíveis fragmentários", ou, mais simplesmente, espaços incomensuráveis que são justapostos ou superpostos uns aos outros (Harvey, 1993), mas, ao mesmo tempo como um elemento por vezes agregador em meio ao caos pós-moderno, como um ambiente ou plataforma de reterritorialização (Ortiz, 1999)

Jameson (2006) considera as novas formas de comunicação como marcos da passagem da modernidade para a pós-modernidade, de uma ordem social produtiva para uma reprodutiva baseada em simulações e simulacros, apagando a distinção entre real e aparência (Featherstone, 1995) e é exatamente neste cenário caótico em que podemos enxergar a formação de vínculos entre indivíduos dispersos, propiciados pelos novos meios de comunicação e pela nova situação social em que se encontra o mundo, baseada na reprodutividade e simulação e com trocas instantâneas (compressão espaço-tempo) infinitas.

Vemos hoje o completo domínio da sociedade de consumo e uma conseqüente fase pós-industrial desta, onde as novas tecnologias passam a ditar como se dá a produção de bens e serviços.

A rede surge como uma ampliação de nossa percepção de pertencimento, de comunidade (Anderson, 2005) em meio à fragmentação e à globalização – compreendida como uma dialética entre o local e o global (Siqueira, 2003) – em uma sociedade de cultura dinâmica, de uma “nova cidadania”, ligada à velocidade das informações e das relações globais e globalizadas, não mais definidas em termos de fronteiras estatais, jamais uma “simulação do mundo” na visão de Baudrillard quando este defende que o ciberespaço não permite verdadeiras simulações, mas apenas a simulação destas (Baudrillard In Lemos, 2002), numa visão pessimista de que temos



hoje a mera circulação de informações e não um processo de aproximação e relacionamento entre os diversos indivíduos pelo mundo.

A pós-modernidade, através das redes telemáticas, proporciona um sentimento de compressão espaço-tempo onde o real e digital se confundem, onde há um processo de desterritorialização do sujeito, da cultura e das relações econômicas. Se por um lado a internet pode ser considerado um ambiente desterritorializado, por outro podemos encontrar nela mecanismos ou ambientes de reterritorialização, dentre estes, encontra-se o micronacionalismo. Tal idéia encontra suporte em Lemos (2004) que afirma ser a internet, o ciberespaço, uma maneira de superar fronteiras, fugir dos limites do território, e o espaço físico e buscar novas formas de resignificação, uma nova instância para a integração das pessoas (Ortiz, 2004).

Individualismo e nacionalidade

Se por um lado muitos se fecham em seus quartos, dando a idéia de que estão isolados da sociedade, individualizados, afastados em uma sociabilidade reduzida pela pós-modernidade, por outros estes mesmos indivíduos acabam aproveitando outras formas de interação (Lipovetsky, 2004), estão conectados, através das redes telemáticas, da internet, com milhares, milhões de outros indivíduos, em chats, grupos ou comunidades virtuais. O imobilismo aparente, o “estar” na casa, se contrapõe ao nomadismo (Lemos, 2002) que a internet propicia, o “estar” na rede. E a contraposição entre o espaço físico, territorial e o espaço virtual, o território virtual dos grupos, chats e comunidades, a combinação de dois modos de vida, o virtual e o presencial (Lipovetsky, 2004).

A internet nos trouxe novas formas de socialidade e sociabilidade não-presencial em clara oposição à noção já gasta de individualismo e de contatos sociais meramente presenciais. A rede permite uma nova forma – ou novas formas – de participação e interferência.

A internet funciona como uma ponte para o compartilhamento, para a socialidade/sociabilidade, trabalha pela tribalização e pela reificação ou resignificação da identidade do homem. Vai, portanto, de encontro com o individualismo apregoado pelo pós-modernismo. Retomando Lemos (2002), o “estar” na rede, neste território virtual de possibilidades ilimitadas, vai se contrapor ao “estar” no plano “real”, físico, no isolamento físico; na rede os contatos são ilimitados, as interações e a integração se dá igualmente de maneira ilimitada e irrestrita, logo, coloca-se em cheque o suposto



individualismo ou, ao menos, limita este individualismo a apenas uma das esferas de nossa realidade e a um dos inúmeros campos de nossa identidade.

Esta mudança ou busca por um ambiente coletivo tem por base a necessidade do homem de viver em sociedade (Aristóteles, 1998), de buscar uma “socialidade virtual”, de encontrar sua tribo ou um ambiente em que encontre semelhanças [semelhantes] - quando no campo “real” só encontra diferenças - na mesma medida em que é bombardeado por chamados ao individualismo e ao consumo desenfreado.

Em certa medida a violência das grandes cidades e o cercamento completo dos ambientes familiares, os muros e grades colocados entre os indivíduos e a clara dicotomia entre os de fora e os de dentro dos muros (neste ponto as classes sociais possuem um papel altamente relevante) faz com que a internet seja novamente – ou também – uma válvula de escape em busca de contatos com outros indivíduos, contato este impossibilitado pelo medo, violência e etc.

Fragmentação identitária e re-significação

A fragmentação da identidade faz o indivíduo viver em uma realidade diferente, sem barreiras espaciais, temporais e geográficas (tão) significativas (Hall, 2001). E, ao mesmo tempo, buscar pessoas com as quais possa compartilhar interesses em comum, uma identidade próxima, uma maneira de se relacionar socialmente, que são aproximadas pelas redes de computadores, que eliminam distâncias e criam um mundo virtual e ao mesmo tempo real em sua dimensão. Estas amplificam a realidade em um processo de simultaneidade onde se ligam os espaços físicos e digitais, tornados um só.

A internet permite que se adquira (crie, até) identidades sempre que se queira. Há, ao mesmo tempo, um afrouxamento da identidade nacional, e uma busca pela reafirmação desta identidade em um movimento aparentemente contraditório.

Ao tempo em que se é bombardeado por informações, em que é exposto à diversidade e a alteridade, o indivíduo busca reafirmar sua identidade nacional como reafirmação de sua origem e de suas raízes. É a resposta à desterritorialização propiciada pela internet, a resposta à necessidade que os homens tem de serem parte de um grupo e a identificação destes com símbolos de sua ancestralidade.

Ao mesmo tempo, os indivíduos encontram na internet um ambiente de re-significação, em que podem se identificar com outros símbolos e signos e mesmo participar de comunidades virtuais com notáveis semelhanças à comunidade imaginada descrita por Anderson.



André Lemos (2002) nos propõe o termo Cibersocialidade, abarcando desde a socialidade meffesoliniana, os processos de tribalização e resignificação social em conjunto com as novas tecnologias do ciberespaço e, a partir deste ponto podemos compreender melhor o processo de formação de laços culturais em uma sociedade fragmentada em um ambiente virtual, um processo de rompimento de barreiras físicas, de abolição do espaço físico e substituição pelo espaço virtual.

O processo de tribalização, a Cibersocialidade, em meio à fragmentação de identidades trazida pela globalização e aumentada pela velocidade com que as informações passam pela internet é facilmente verificável pela simples noção trazida até nós por Aristóteles (1998) de que o homem tende a viver em sociedade e só se sente completo enquanto vivendo em Sociedade. As comunidades virtuais são um porto seguro ao indivíduo jogado em meio à tormenta informática e um locus social onde este pode se encontrar, se resignificar.

Ao mesmo tempo em que se fortalecem os laços nacionais, os vínculos entre indivíduos que compartilham de símbolos comuns, abrem-se as portas para novas formas de identidade e identificações, em que a imprensa dá lugar (ou convive lado a lado) aos contatos virtuais entre indivíduos e a novas formas de vinculação através da formação de comunidades virtuais.

Conclusão

Conclui-se que a nacionalidade nada mais é que o resultado da formação de vínculos comunicacionais entre indivíduos, da convivência e da observação de símbolos e signos comuns que são carregados de significados.

Através da imprensa, esta idéia de nacionalidade se expande, saindo da tribo, da vila e abarcando uma população maior que compartilha laços de identidade entre si, uma mesma língua, costumes e tradições (história ancestral).

A imprensa propicia a formação de laços e vínculos podendo ligar comunidades dispersas, mas que compartilham traços e história comuns, criando assim, uma comunidade imaginada entre seus diversos membros, a idéia de pertencer a um grupo.

Mesmo na internet é possível se verificar a formação de vínculos entre indivíduos, em comunidades virtuais, que respeitam as mesmas regras de produção e reprodução de relações sociais e atualização de símbolos.

A comunidade virtual nada mais é que a comunidade imaginada pensada para a internet, vivida na internet, através da possibilidade de múltiplas identificações e



identidades que, dentre outras, a pós-modernidade propicia.

Bibliografia

- ANDERSON, Benedict. Nação e Consciência Nacional. São Paulo: Ática, 1989. 191 p.
_____. Comunidades Imaginadas. Editora 70, 2005.
- APPADURAI, Arjun. Dimensões da Globalização. Lisboa: Teorema, 2004.
- ARISTOTELES. Política. Tradução de Roberto Leal FERREIRA. 2ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998.
- BAITELLO, Norval. A era da iconofagia. Hacker Editores, 2005
- BAUDRILLARD, J. Simulacres et Simulation. In LEMOS, André. Cibercultura, Tecnologia e Vida Social na Cultura Contemporânea. Porto Alegre: Sulina, 2002.
- CASTELLS, Manuel. O Poder da Identidade. São Paulo: Paz e Terra, 2008. (A Era da Informação: economia, sociedade e cultura, v. 2).
- FEATHERSTONE, Mike. Moderno e pós-moderno: definições e interpretações. Studio Nobel: 1995.
- HARVEY, David. Condição Pós-moderna. São Paulo: Edições Loyola, 1993.
- JAMESON, Frederic. Espaço e Imagem: Teorias do pós-moderno e outros ensaios. Ana Lucia de Almeida Gazzola, Org. Editora UFRJ: 2006
- LEMOS, André. Cibercultura, Tecnologia e Vida Social na Cultura Contemporânea. Porto Alegre: Sulina, 2002.
- _____. (org). Cibercidade. As cidades na cibercultura. Editara e-papers: Rio de Janeiro, 2004.
- LEVY, Pierre. A Inteligência Coletiva: Por uma antropologia do ciberespaço. São Paulo: Loyola, 2003a.
- _____. Cibercultura. São Paulo: Editora 34, 2003b.
- LIPOVETSKY, Gilles. Metamorfoses da cultura liberal. Porto Alegre: Sulina, 2004.ale
- MANN, Michael. Estados Nacionais nas Europa e Noutros Continentes: Diversificar, Desenvolver e Não Morrer. IN Balakrishnan, Gopal. Um Mapa da Questão Nacional. Contraponto, 2000.
- MENEZES, José Eugênio de Oliveira. Rádio e Cidade – Vínculos Sonoros. Annablume, 2007
- ORTIZ, Renato. Um outro Território. Ensaios sobre a Mundialização. São Paulo: Olho D'Água, 1999.
- _____. Mundialização e Cultura. São Paulo. Brasiliense: 2004.
- PROSS, Harry. Estructura Simbólica del Poder. Editora Gustavo Gili, 1980



RENAN, Ernst. Qu'est-ce qu'une nation? Conférence faite a la Sorbonne, le 11 mars 1882.
SANTOS, Milton. Por uma Geografia Nova. São Paulo: Hucitec, 1978.

SINCLAIR, John. Televisión, Comunicación Global e Regionalización. Barcelona: Gedisa Editorial, 2000.

SIQUEIRA, Holgonosi Soares Gonçalves. Multiculturalismo: tolerância ou respeito pelo Outro. A Razão. 26/06/2003.

VIRILIO, Paul. Velocidade e Política. Ed. Estação Liberdade, 1997.

_____. A Bomba Informática. Ed. Estação Liberdade, 1999.